

REDES POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS ANÁLISES SOBRE O ENSINO HÍBRIDO

ALINE GONÇALVES DE MOURA¹; SIMONE GONÇALVES DA SILVA²

¹Universidade Federal de Pelotas – alinegdemoura@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que está sendo realizado com apoio da CAPES, consiste em um recorte da pesquisa de mestrado, em andamento, desenvolvida na área da Educação, que tem como tema o ensino híbrido e procura problematizar aspectos relacionados à constituição do mesmo enquanto uma estratégia de racionalidade neoliberal na educação e suas repercussões na educação básica. Desta maneira, o propósito deste resumo reside em apresentar a contextualização inicial dos dados e das informações necessários à construção da análise que a dissertação se propõe.

Ao se tencionar este tema, é preciso considerar a organização dos processos educativos, das políticas públicas educacionais e das propostas de educação que a todo instante vem sendo remodeladas e rearranjadas. Políticas e propostas educacionais no contexto neoliberal são produtos de orientação econômica e política, em um contexto de disputas políticas e simbólicas que estão constantemente em jogo.

A mudança no discurso educacional observada nos últimos anos indica a construção de uma gradual homogeneização da educação; um discurso em que se observa a presença de diferentes organizações multilaterais participando, ativamente, da produção de documentos com orientações e justificativas para uma roupagem mais uniforme, de maiores resultados. E é nesse cenário que o ensino híbrido vem sendo (re)apresentado.

2. METODOLOGIA

Essa investigação teve como ponto de partida o contexto educacional vivenciado na pandemia de COVID-19, no qual o ensino híbrido surge como alternativa ao desenvolvimento dos processos educacionais. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo documental, no qual recorre-se ao levantamento de fontes diversificadas na internet, que serão analisadas a partir da perspectiva teórica de inspiração foucaultiana, a análise do discurso.

Para MINAYO (2009, p. 26) o levantamento de material (documental, bibliográfico, instrucional) é de “[...] fundamental importância exploratória [...]”, sendo relevante o estabelecimento de procedimentos rigorosos de coleta e sua sistematização para o planejamento e realização da pesquisa (ANDRÉ, 2001). É preciso salientar que os documentos e materiais que serão analisados são fruto de escolhas preliminares; estas escolhas não se delimitam por locais de postagem e/ou por descritores de busca, mas pelas questões que mobilizam a pesquisa e o objeto de pesquisa anunciado.

A partir da reflexão de como se deu o ensino durante a pandemia, acompanhando notícias, decretos e resoluções que foram implementando diferentes maneiras de ensinar e aprender enquanto as atividades presenciais se

encontravam suspensas, perguntas relacionadas ao ensino híbrido foram surgindo. Essas indagações iniciais permearam a constituição do contexto investigativo. E foi deste modo que se chegou a ANEBHI (Associação Nacional de Educação Básica Híbrida), posteriormente às *Diretrizes Gerais sobre Aprendizagem Híbrida* (documento que esteve disponível para consulta pública em novembro de 2021), por consequência, ao D³e (Dados para um Debate Democrático na Educação), e por fim às *Diretrizes Nacionais Orientadoras para o desenvolvimento da Educação Híbrida e das práticas flexíveis do processo híbrido de ensino e aprendizagem no nível da Educação Básica* (documento que esteve disponível para consulta pública até fevereiro de 2023). As fontes empíricas para a análise que se propõe compreendem conteúdos produzidos e relacionados aos atores acima citados, e as diretrizes mencionadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A constituição do contexto investigativo compôs-se da realização de um levantamento das diretrizes relacionadas ao ensino híbrido e dos conteúdos produzidos pela ANEBHI e pelo D³e. Esses materiais se mostraram necessários à descrição do fenômeno estudado e ao estabelecimento de algumas de suas características, permitindo assim compreender o estabelecimento do ensino híbrido enquanto uma estratégia de racionalidade neoliberal. Cabe ressaltar novamente que as fontes aqui apresentadas são uma dentre outras possibilidades de análise para o tema. O resultado dessa pesquisa documental, que faz parte dessa investigação, se encontra sintetizado na tabela que se segue.

Tabela 1 – Pesquisa documental - levantamento de dados e informações

Diretrizes	Produções midiáticas	Relatórios	Total
2	62	1	65

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2023.

Considerando as inferências iniciais realizadas nos textos levados à consulta pública, nas produções midiáticas (vídeos) da ANEBHI e no relatório do D³e, os termos referentes ao ensino híbrido que são empregados, tais como aprendizagem híbrida e educação híbrida, soam bastante difusos. As nomenclaturas adotadas expressam o debate que ainda acontece em torno do(s) termo(s). Isso remete a percepções relacionadas primeiro à coexistência de diferentes concepções sobre o que viria a ser o ensino híbrido e, conseqüentemente, a ausência de consenso sobre o tema, sua definição conceitual, e sobre as formas como ele vem sendo constituído e abordado, o que gera uma série de inconsistências relacionadas ao entendimento que se tem sobre o tema.

É preciso considerar ainda que o cenário da pandemia (suspensão das atividades presenciais, medidas emergenciais, retorno ao presencial, medidas de recomposição das aprendizagens, dentre outros) reivindicou a elaboração de novas orientações para as práticas pedagógicas que levassem em conta a nova realidade do cotidiano escolar. Porém, estas novas orientações não são marcadas pelo ineditismo, mas pela releitura de antigas discussões que já faziam parte do campo educacional. Considerando os atores mencionados, sejam eles sujeitos individuais ou coletivos, é possível perceber o que HYPOLITO (2021) já mencionava: a articulação das organizações para praticar governança na

educação pública, como uma forma de processo marcado pela relação entre o público e o privado. Atentando ao convite do CNE (Conselho Nacional de Educação) a D³e para apresentar seu relatório sobre aprendizagem híbrida em julho de 2022 (que trata de orientações para a regulamentação da aprendizagem híbrida), em uma reunião pública realizada pela Câmara de Educação Básica, é possível depreender, de acordo com SILVA (2018), que a lógica neoliberal atua e interfere nas políticas educacionais, através de práticas e de discursos, e que essas parcerias público-privadas permitem dimensionar seu funcionamento como redes de influência “[...] que reconfiguram práticas de gestão, o currículo e o trabalho docente, voltados à lógica somente de resultados para a educação, com viés mercadológico” (SILVA, 2018, p. 18).

Parece importante salientar que, na perspectiva deste trabalho, o neoliberalismo não é compreendido apenas como um retorno ao liberalismo clássico ou uma versão mais atualizada e potente do mesmo. Nesse sentido, o neoliberalismo não consiste somente em um processo de privatização, de individualização e de desgaste do Estado, ele também atua no setor público e se utiliza do Estado como regulador do mercado (BALL, 2014). Logo, “[...] o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Fica evidente que nesse enquadramento, o neoliberalismo pode ser interpretado como um sistema de normas, uma racionalidade, que está, atualmente, inscrito nas práticas governamentais, políticas institucionais e estilos gerenciais, responsável também pela construção de uma nova subjetividade (DARDOT; LAVAL, 2016). Essa racionalidade neoliberal age no intuito de construir uma nova sociedade: através de ferramentas políticas, jurídicas e institucionais transforma primeiramente o capitalismo e, conseqüentemente, as subjetividades e a sociedade.

A mercantilização da educação, como bem pontua BALL (2014), resulta da ação do setor privado na educação pública através do estabelecimento das parcerias público-privadas. A tendência à homogeneização e a presença de uma guinada economicista na educação, são perpassadas por ideias de privatização e comercialização que passaram a concorrer com as políticas públicas; surgem novos atores e novas redes políticas ganham força (BALL, 2013). BALL (2014, p. 29) explicita que “redes políticas são um tipo de “social” novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos [...]”; elas tendem a fornecer soluções colaborativas, de caráter inovador para problemas sociais. Conformam-se, por sua natureza, como espaços para novas vozes, novas narrativas, no qual novos tipos e novas formas de governança podem ser construídas (BALL, 2014).

Observa-se, no atual contexto, de acordo com BALL (2014), a promoção de soluções privadas e filantrópicas para os problemas da educação pública. Nesse imbróglio, as redes políticas em educação acabam promovendo e sustentando a expansão global de ideias neoliberais, “[...] a educação é apenas uma manifestação de uma reformulação global das bases econômicas, sociais, morais e políticas do fornecimento do serviço público e do desenvolvimento de novos tipos de respostas políticas à desvantagem social [...]” (BALL, 2014, p. 43).

É latente a percepção de que grandes empresas e corporações vem atuando no campo educacional nas últimas décadas, tentando influenciar tanto a implantação quanto a implementação de políticas e propostas educacionais, buscando aumentar sua área de influência tensionando e propondo projetos

nessa área. Os interesses dos grupos privados definem a agenda educacional a partir e através da consolidação de parcerias público-privadas.

4. CONCLUSÕES

Considerando estas fontes, entende-se que a disputa em torno do ensino híbrido se acirra, já que este não se conforma atualmente apenas como uma metodologia/método de ensino, como concebido originalmente. Nesse bojo, o ensino híbrido se destaca, principalmente porque traz em si a influência das redes políticas em educação, fortemente permeadas pela lógica normativa neoliberal, na sua (re)elaboração enquanto uma estratégia de racionalidade neoliberal. É preciso ter em mente que novos atores estão atuando em novas redes políticas, construindo novas narrativas em espaços de diálogo com educadores, gestores e também com sujeitos responsáveis pela elaboração de propostas e políticas educacionais.

Os discursos em torno do saber e da aprendizagem, de métodos e práticas pedagógicas flexíveis, das práticas educativas transformadoras, das experiências exitosas, da inovação, da educação humanizada, colaborativa e interativa que circundam o ensino híbrido, assim como o debate que ainda acontece em torno do(s) termo(s) relacionados a ele, se encontram em voga dentro da racionalidade neoliberal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.113, p. 51-64, julho/2001.

BALL, S. J. **Educação Global S.A.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BALL, S. J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. (org.) **Sociologia da Educação - análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 177-189.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo - ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HYPOLITO, A. M. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.17, n.46, p. 35-52, jul./set. 2021.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009. Cap.1, p. 9-29.

SILVA, M. E. da. **Redes de influência em Mato Grosso: o Estado e as parcerias público-privadas reconfigurando a política educacional na Rede Estadual de Ensino**. 2018. 194f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.